

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Maceió/AL, 20 de Julho de 2021.

FABIANA CAVALCANTE PESSOA
SECRETÁRIA DE ESTADO

Protocolo 599717

PORTARIA/SEADES N° 315/2021

A SECRETÁRIA DE ESTADO, no uso de suas atribuições legais, com embasamento no(a) Decreto n° 4.076 de 28 de novembro de 2008, e no Processo n° 13020-000000892/2021, RESOLVE conceder diárias em favor da servidora:

Daniella Teixeira de Castro Souza Gazzaneo

Cargo: Superintendente de Avaliação e Gestão da Informação

CPF: 041.735.104-62

RG: 1728843SSP AL

Matrícula: 245-3

N° DE DIÁRIAS: 4 e 1/5 (quatro e meia) diária(s)

VALOR UNITÁRIO: R\$ 80,00 (setenta reais)

VALOR TOTAL: R\$360,00 (trezentos e sessenta reais)

PERÍODO: de 19/07/2021 a 23/07/2021.

DESTINO: Agreste, Sertão, Baixo São Francisco

OBJETIVO: Entrega do Cartão Cria - do Programa Criança Alagoana. As despesas decorrentes da presente portaria correrão através do Programa de Trabalho - 08.306.0011 -4462 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA - CRIA, SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Todo Estado - Fonte 0100, Elemento de Despesa 339014-Diárias, do Orçamento Vigente.

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Maceió/AL, 20 de Julho de 2021.

FABIANA CAVALCANTE PESSOA
SECRETÁRIA DE ESTADO

Protocolo 599722

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALAGOAS -
CEAS/AL

Resolução CEAS/AL n° 16 /2021

Dispõe sobre novo processo eleitoral para preencher as vacâncias da representação da sociedade civil no segmento dos trabalhadores e fórum dos usuários no Conselho Estadual de Assistência Social de Alagoas - CEAS/AL, Gestão 2021/2023.

O Conselho Estadual de Assistência Social de Alagoas - CEAS/AL, no uso da competência que lhe é conferida pelas leis n° 5.810/1996 e n° 6341/2002, art. 7º, n° 8.187/2019;

CONSIDERANDO:

O disposto no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei n° 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

A Resolução Cnas N° 14/2015, de 7 de dezembro de 2015, sobre o processo eleitoral da sociedade civil do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

O Edital CNAS/MDS N° 1, de 8 de dezembro de 2015, de convocação da Assembléia de Eleição dos representantes da sociedade civil no CNAS Gestão 2016-2018;

A Resolução CEAS/AL N° 24/2016, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas de 6 de dezembro de 2016, página 17, que dispõe sobre a aprovação do Projeto de Lei que Regulamenta o SUAS em Alagoas, inclusive da nova formatação do CEAS/AL;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
Seção I
Das Regras Gerais

Art. 1º. O processo eleitoral de representação da sociedade civil para gestão 2021/2023 do CEAS/AL dar-se-á conforme a presente Resolução, em eleição convocada especialmente para este fim, sob a fiscalização do Ministério Público Estadual - MPE;

§ 1º O mandato de Conselheiro é de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período, conforme Resolução deste Conselho (Resolução CEAS N° 02/2020 Publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 13/01/2020).

§ 2º É vedada a segunda recondução consecutiva de entidade ou organização a que represente no CEAS, independente da condição de titular ou suplente, conforme Art. 17 da Lei 8.742/93 e Art. 1º da Resolução CNAS N°150 de 16 de agosto de 2007.

Art. 2º. Os representantes dos três segmentos da Sociedade Civil serão eleitos, titulares e suplentes, por voto direto e secreto, pelas Entidades credenciadas legalmente, com número de vagas de 02 (duas) por segmento, sendo: representantes ou organização de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do SUAS, além de um representante do Fórum Estadual de Usuários do Suas de Alagoas - FEUSUAS/AL e um representante do Fórum Estadual de Trabalhadores do Suas de Alagoas - FETSUAS/AL;

Art. 3º. A eleição realizar-se-á no dia 09 de Agosto 2021, na sede do CEAS/AL, na Avenida Comendador Calaça, 1399, Poço, Maceió/AL, das 9h às 12h horas, quando será encerrada a votação.

Art. 4º. Será divulgado nas mídias digitais da SEADES e publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas, a relação das entidades Habilitadas a Eleitoras e Candidatas; e as somente Eleitoras, conforme análise e resultado da Comissão Eleitoral.

Art. 5º. Cada representante de entidade poderá votar em até 02 (duas) Entidades candidatas de seu segmento: representantes ou organização de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do SUAS.

Seção II

Da Condição de Elegibilidade

Art. 6º. Poderão habilitar-se ao processo eleitoral na condição de eleitoras e/ou candidatas, os representantes ou organização de usuários, as entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do SUAS, que atuam no âmbito estadual, exercendo atividades em pelo menos dois municípios do Estado de Alagoas.

§ 1º Poderão ser habilitadas:

I. as entidades e organizações de Assistência Social que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pelo Art. 3º da Lei n° 8.742/93 - LOAS, em consonância com o Decreto N° 6.308/2007 que prestam serviços, conforme Resoluções do CNAS N° 109/2009, N° 33/2011, N° 34/2011, bem como as que atuam com assessoramento, defesa e garantia de direitos, conforme resolução N° 27/2011 do CNAS.

II. as entidades que atuam na defesa e garantia de direitos, de acordo com o disposto no Art. 3º da Lei N° 8.742/93 - LOAS, em consonância com o Decreto N° 6.308/2007.

III. os representantes dos usuários que congregam as pessoas destinatárias da Política de Assistência Social, de acordo com a Resolução N° 11/2015 do CNAS, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2015;

IV. as organizações de usuários que congregam as pessoas destinatárias da Política de Assistência Social, de acordo com a Resolução N° 11/2015 do CNAS, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2015;

V. as entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS, em conformidade com a Resolução N° 6/2015 do CNAS, a Resolução N° 17/2011 do CNAS, sobre os trabalhadores de nível superior e a Resolução N° 9/2014 do CNAS, dos trabalhadores de nível médio e elementar do SUAS;

§ 2º Serão consideradas de âmbito Estadual as entidades ou organizações que comprovadamente, desenvolvam suas atividades institucionais, direta ou indiretamente, há no mínimo dois anos em pelo menos 02 (dois) municípios alagoanos.

Art.7º. Para habilitação dos representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades dos trabalhadores do SUAS, a eleição ocorrerá conforme datas previstas em Resolução de convocação e mediante a apresentação obrigatória dos seguintes documentos originais ou cópias autenticadas:

- I. Cópia autenticada da ata de eleição e posse da diretoria atual, registrada em cartório;
- II. Relatório de atividades referente ao ano anterior a eleição assinado pelo representante legal, devendo constar fotos e a descrição das atividades desenvolvidas.
- III. Declaração de funcionamento, assinada pelo representante legal da entidade ou organização;
- IV. Cópia autenticada do Estatuto Social da entidade ou organização, em vigor, devidamente registrado em cartório ou Carta de Princípios, Regimento interno ou Regulamento no caso dos Fóruns;
- V. Cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), exceto os Fóruns;
- VI. Cópia autenticada do documento de inscrição no CMAS do município sede onde atua, conforme Resolução Nº 16/2010 do CNAS, no caso das entidades de assistência social;
- VII. Requerimento de habilitação, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização, ou um de seus representantes legais e pelo candidato designado, no qual esteja indicada sua condição de habilitada a designar candidato e por segmento; conforme modelo, no qual esteja indicada sua condição de eleitora ou de eleitora e candidata e por qual segmento;
- VIII. Formulário com informações para comunicação com a entidade ou organização, na qual conste endereço completo, telefone, e-mail, pessoa de referência e outras informações importantes para contato em tempo hábil.

Parágrafo Primeiro - Todos os requisitos referidos no Artigo 7º deverão ser entregues conforme datas registradas na Resolução de Convocação da Eleição, à Comissão Eleitoral / Secretaria Executiva de forma física, na sede do conselho, dentro do horário estabelecido.

Parágrafo Segundo - As entidades habilitadas como eleitora, estão dispensadas de apresentar os documentos listados no Art. 7º, devendo apenas apresentar ofício indicando seu representante no dia da eleição.

Art. 8º. Serão considerados impedimentos para a legalidade da candidatura ao Conselho Estadual de Assistência Social, a não apresentação da documentação constante no Artigo 7º; e a Entidade ter um membro fazendo parte da Comissão Eleitoral.

Parágrafo Único - É vedado a Entidade concorrer a mais de uma vaga na mesma categoria ou a vagas de categorias diversas.

CAPÍTULO II

Seção I

Dos Atos Preparatórios da Comissão Eleitoral

Art. 9º. Será designada através de Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social, a Comissão Eleitoral, composta por até 04 (quatro) membros, podendo ser de composição mista (sociedade civil e governo), respondendo 01 (um) deles pela presidência da referida comissão.

Art. 10. A Comissão Eleitoral funcionará como instância de deliberação e organização das eleições.

Art.11. A Comissão Eleitoral, terá apoio técnico da Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES e os trabalhos serão secretariados pela Secretaria Executiva do CEAS/AL;

Art. 12. Compete à Comissão Eleitoral:

- I. Disciplinar todo o processo da Eleição;
- II. Indicar e instalar a mesa eleitoral, para proceder à recepção e apuração dos votos;
- III. Elaborar a cédula das Entidades inscritas;
- IV. Preparar a urna onde serão depositados os votos;
- V. Apreciar os requerimentos e impugnações que, por ventura, existirem, durante o curso de todo Processo Eleitoral, proceder parecer, comunicando as partes interessadas;
- VI. Decidir os pedidos de registro de candidaturas no que se refere à classificação da Entidade em um dos segmentos (Prestadores de Serviços, Usuários e Trabalhadores do SUAS);

- VII. Rubricar as cédulas eleitorais por ocasião do voto;
- VIII. Convidar um Representante do Ministério Público, para participar da Eleição e Apuração do resultado;
- IX. Decidir sobre os casos omissos a esta Resolução.

Art.13. A Comissão Eleitoral será extinta quando do ato da homologação dos Eleitos no Processo Eleitoral sob sua responsabilidade.

Art.14. A Resolução de Convocação será publicada no Diário Oficial do Estado e nas mídias digitais e sociais da SEADES.

Art.15. As cédulas serão elaboradas constando os nomes das Entidades candidatas habilitadas por segmento, devendo o eleitor votar em até 02 (dois) candidatos de seu segmento.

CAPÍTULO III

Da Votação e Apuração

Art. 16. O exercício do voto é pessoal, devendo a Entidade, enviar seu Representante, através de ofício, que será entregue à Comissão Eleitoral no ato da inscrição ou no dia da eleição sendo esta enviada previamente (até 1 hora antes do início da eleição) para o e-mail do conselho, sendo este: conselhoal@yahoo.com.br e caso haja alguma mudança no dia da Eleição, a Entidade deverá apresentar um novo ofício indicando a substituição, caso contrário, não participará da votação.

Parágrafo Único - É vedada mais de uma representação por Entidade pela Comissão Eleitoral, assegurando-se:

- I. O sigilo do voto;
- II. A inexistência de pressão sobre o eleitor no local da votação;
- III. Só será permitida a presença do eleitor no local da Eleição por ocasião do cumprimento de seu dever de votar;
- IV. A inviolabilidade de urna receptora dos votos.

Art. 17. A Eleição processar-se-á no período de 09h às 12h, improrrogável.

Parágrafo Único - Caso no encerramento do horário encontre-se mais de uma pessoa para votar, a mesa entregará uma senha, e o representante aguardará sua vez de votar.

Art. 18. A assinatura do eleitor, na lista de presença, deverá ser feita no ato da votação;

Art.19. Encerrada a votação, a Comissão Eleitoral, procederá imediatamente à apuração dos votos, conferindo se o número de cédulas coincide com o número de votantes.

Parágrafo Único - O voto será nulo quando: não for possível identificar a intenção do eleitor, e se o número de votados for superior ao número definido no Art. 5º, desta Resolução.

Art. 20. Serão considerados eleitos como Titulares, as 02 (duas) Entidades mais votadas em cada segmento de representação, e como Suplentes, as 02 (duas) Entidades mais votadas, após os Titulares na mesma categoria de representação.

Art. 21. Em caso de empate, considerar-se-á eleita, a Entidade que tiver mais tempo de funcionamento, comprovado pela documentação exigida.

Art. 22. Deverá ser designado pelo CEAS/AL, 02 (dois) conselheiros do segmento governamental para o acompanhamento de todo processo eleitoral.

Parágrafo Único - Terminada a votação e apuração, lavrar-se-á a ata com o resultado das Entidades Eleitas, e posteriormente, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado a Resolução com o resultado da Eleição.

CAPÍTULO IV

Da Finalização do Processo Eleitoral

Art. 23. Após o encerramento do processo Eleitoral, será divulgado e homologado, o resultado deste Processo.

Art. 24. Pedidos de anulação e impugnação, serão acatados pela Comissão Eleitoral até 24 horas após a homologação das eleições, através de exposição de motivos por escrito, que deverão ser analisados no prazo máximo de 02 (dois) dias.

Art.25. As Entidades eleitas encaminharão ao CEAS um ofício, indicando o seu representante no Conselho, no prazo de 48 horas, após a publicação da Resolução do Diário Oficial do Estado.

Art.26. Após a indicação dos representantes da Sociedade Civil, o Governo do Estado publicará no Diário Oficial do Estado, decreto ou portaria de designação dos membros do CEAS/AL para o Biênio 2021/2023.

Art.27. Os conselheiros tomarão posse coletivamente em reunião ordinária do CEAS/AL, com a presença do Secretário de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social ou seu representante legal.

Parágrafo único: Em decorrência do período pandêmico, a posse dos novos Conselheiros poderá ser realizada de forma presencial ou remota. O Conselho vigente avaliará as possibilidades a fim de garantir a saúde dos envolvidos.

Art. 28. O CEAS/AL expedirá as deliberações e Resoluções necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 29. Outras informações poderão ser obtidas na Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social, no horário das 8h às 12 horas ou através do telefone (82) 9 8704-3256 (whatsapp) e e-mail: conselhoal@yahoo.com.br.

ANEXO I

| Calendário do processo eleitoral da sociedade civil do CEAS/AL G e s t ã o 2021/2023 | |
|--|---|
| DATA | ATIVIDADE |
| 22, 23 e 26 de julho de 2021 | Prazo para apresentar pedido de habilitação perante a Comissão Eleitoral para entidades eleitoras ou eleitoras e candidatas |
| 27 e 28 de julho de 2021 | Prazo final para análise dos pedidos de habilitação para entidades eleitoras ou eleitoras e candidatas pela Comissão Eleitoral |
| 29 de Julho de 2021 | Publicação no DOE da relação de representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor habilitados para eleição. |
| 30 de julho e 02 de agosto de 2021 | Prazo para ingressar com recurso junto à Comissão Eleitoral |
| 03 e 04 de agosto de 2021 | Prazo final para julgamento de recursos e apreciação de manifestações contrárias apresentadas. |
| 05 de agosto de 2021 | Prazo final para publicação no DOE do ato de homologação da relação de representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social, e dos trabalhadores do setor, candidatas ao pleito como eleitoras/es e candidatos/as e resultado do julgamento de recurso. |
| 09 de agosto de 2021 | Eleição |
| 11 de agosto de 2021 | Prazo para publicação do resultado das eleições do CEAS/AL |
| 20 de agosto de 2021 | Homologação pelo Governador do resultado da eleição |
| 23 de Agosto de 2021 | Posse dos novos Conselheiros do Ceas/AL |

ANEXO II

Documentos originais ou cópias autenticadas:

- I. Cópia autenticada da ata de eleição e posse da diretoria atual, registrada em cartório;
- II. Relatório de atividades referente ao ano anterior a eleição assinado pelo representante legal, devendo constar fotos e a descrição das atividades desenvolvidas;
- III. Declaração de funcionamento, assinada pelo representante legal da entidade ou organização;
- IV. Cópia autenticada do Estatuto Social da entidade ou organização,

em vigor, Carta de Princípios ou Regulamento, no caso de Fôruns, devidamente registrado em cartório;

V. Cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), exceto dos Fôruns;

VI. Cópia autenticada do documento de inscrição no CMAS do município sede onde atua, conforme Resolução CNAS n° 16/2010, só das entidades de assistência social ou de prestação de serviços a usuários do Suas;

VII. Requerimento de habilitação, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização, ou um de seus representantes legais e pelo candidato designado, no qual esteja indicada sua condição de habilitada a designar candidato e por segmento; conforme modelo, no qual esteja indicada sua condição de eleitora ou de eleitor e candidata e por qual segmento;

VIII. Formulário com informações para comunicação com a entidade ou organização, na qual conste endereço completo, telefone, fax, e-mail, pessoa de referência e outras informações importantes para contato em tempo hábil.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Entidades e Organizações (a que se refere a Resolução Ceas AL n.10/2017)

DECLARO, para os devidos fins, que o/a (nome da entidade/organização), com sede (endereço)....., na cidade de (nome do Município), Estado (UF)....., portadora do CNPJ n°....., está em pleno e regular funcionamento, desde (data de fundação)/...../....., cumprindo regularmente as suas finalidades estatutárias, sendo a sua Diretoria atual, com mandato de/...../ a/...../ , constituída dos seguintes membros, de acordo com ata de eleição e posse:

Presidente:
Nome completo:
N° do RG:
Órgão expedidor:
CPF:
Endereço Residencial:
Endereço eletrônico:

Vice-presidente:
Nome completo:
N.º do RG:
Órgão expedidor:
CPF:
Endereço Residencial:
Endereço eletrônico:

Secretário(a):
Nome completo:
N° do RG:
Órgão expedidor:
CPF:
Endereço Residencial:
Endereço eletrônico:

Tesoureiro (a):
Nome completo:
N° do RG:
Órgão expedidor:
CPF:
Endereço Residência:
Endereço eletrônico

(assinatura do (a) Presidente da Entidade ou seu Representante legal)
(identificação de quem assina e qualificação)

Maceió, de de 2021.

ANEXO IV
REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO

À Comissão Eleitoral,

Fundamentado no disposto nos arts. 6º e 7º da Resolução CEAS n° 005/2014, venho pelo presente requerer HABILITAÇÃO AO PROCESSO ELEITORAL DA SOCIEDADE CIVIL NO CEAS, junto à Comissão Eleitoral.

Entidades e organizações (de assistência social/ trabalhadores/ organizações de usuários): Presidente:

CNPJ:

Endereço:

Telefone: () Fax: ()

Endereço Eletrônico:

Referência para contatos: (nome e qualificação)

Representante de usuários:

Nome completo:

CPF:

Endereço:

Telefone: () Fax: ()

Endereço Eletrônico:

Referência para contatos:

Habilitação:

*Condição:

() Eleitora

() Habilitar para designar candidato(a) () Eleitora e habilitada para candidatura

*Segmento:

() Representante ou organização de usuários de Assistência Social () Entidade e organização de Assistência Social

() Entidade e organização de Trabalhadores do Suas

*Campos com preenchimento obrigatório e deve ser assinalada apenas uma alternativa na identificação da condição e segmento, bem como na condição de eleitora ou habilitada para designar candidato (a).

(assinatura do (a) Presidente ou seu Representante legal)
(identificação e qualificação de quem assina o documento)

(assinatura e identificação da pessoa física designada a participar enquanto candidato)

Protocolo 599818

Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP

DESPACHO

PROCESSO: E:01206.0000001472/2020

INTERESSADO: COSTA DOURADA VEÍCULOS LTDA

ASSUNTO: Finanças: Pagamento

1. Trata-se de solicitação de ressarcimento por parte da COSTA DOURADA VEÍCULOS LTDA, CNPJ 00.770.050/0001-58, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) relativos a ressarcimento de franquia parcial, em virtude da ocorrência de avaria no veículo locado S10 de placa QLM 3951 “Padrão E1.1”, que se encontrava a disposição da Polícia Militar do Estado de Alagoas, no âmbito do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº AMGEP Nº 084/2014, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, publicado no DOE de 12 de novembro de 2019. Bem como, observando as regras da Resolução Normativa nº 003/2009;

2. Após a análise da documentação contida nos autos e das informações contidas no Despacho da Chefia de Frota nº SEI [6625154](#), pontua-se que:

2.1. Os orçamentos foram auferidos conforme determina o Item 2.2.3 (“...quando a avaria ocorrer em veículo locado, os procedimentos são...”), alínea “b”, parte 1 da Resolução Normativa - RNM nº 003/2009 (o responsável pela locadora ao receber o veículo do subgestor de frota da UG, realizará pesquisa de preço para realização do serviço, no mínimo em três lugares distintos, a fim de escolher o menor preço para executar a reparação da avarias. Nesse sentido o valor para pagamento decorrente de avaria está dentro do limite da franquia para o respectivo modelo de veículo “Padrão E1.1” que é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), previsto no inciso IV, 4), do item 8.1.2 do 1º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 084/2014 (das obrigações das unidades usuárias).

2.2. Nesse sentido, o Chefe da Frota atestou os valores apresentados nos orçamentos e na nota fiscal, constantes nº SEI [2444346](#);

3. Ademais, a SUPOFC informou que existe disponibilidade orçamentária para pagamento da presente despesa - Doc. SEI nº 8047642

4. Nada obstante, cumpre ressaltar que, apesar da presente despesa estar apta para pagamento apenas no ano de 2021, trata-se de avaria ocorrida em exercício anterior, disciplinada pelo Decreto Estadual nº 72.783, de 21 de janeiro de 2021, publicado no DOE em 22/01/2021.

5. Sendo assim, em atenção ao que preconizam os arts. 57 e 59 do mencionado diploma legal, reconheço a dívida relacionada no seguinte programa de trabalho:

PT: 06.122.0004.2001 - Manutenção das Atividades do Órgão

Região de Planejamento: 210

Natureza da Despesa: 33.90.92 - Despesa de Exercícios Anteriores

93 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos (DEA)

Fonte: 0100 - Recurso Ordinário

6. Assim, evoluam-se os autos ao Apoio ao Gabinete para que publique-se o conteúdo deste Despacho no DOE/AL e, ato contínuo sigam os autos à GERCON para o que adote providências para o respectivo pagamento.

Documento assinado eletronicamente por Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, Secretário de Estado em 20/07/2021, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília.
Protocolo 599888

DESPACHO

PROCESSO: E:01206.0000023920/2020

INTERESSADO: EQUILIBRIO SERVIÇOS LTDA - 24.472.748/0001-55

ASSUNTO: Finanças: Pagamento

1. Trata-se de solicitação de ressarcimento por parte da EQUILIBRIO SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ de nº 24.472.748/0001-55, no valor de R\$ 279,00 (duzentos e setenta e nove reais) relativos a ressarcimento de franquia parcial, em virtude da ocorrência de avaria no veículo locado GM-S10 Placa QLH 9362 “Padrão E1”, que se encontrava a disposição do 7º BPM da Polícia Militar do Estado de Alagoas, no âmbito do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº AMGEP Nº 084/2014, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, publicado no DOE de 12 de novembro de 2019. Bem como, observando as regras da Resolução Normativa nº 003/2009;

2. Após a análise da documentação contida nos autos e das informações contidas no Despacho da Chefia de Frota nº SEI [6664892](#), pontua-se que:

2.1. Os orçamentos foram auferidos conforme determina o Item 2.2.3 (“...quando a avaria ocorrer em veículo locado, os procedimentos são...”), alínea “b”, parte 1 da Resolução Normativa - RNM nº 003/2009 (o responsável pela locadora ao receber o veículo do subgestor de frota da UG, realizará pesquisa de preço para realização do serviço, no mínimo em três lugares distintos, a fim de escolher o menor preço para executar a reparação da SINISTRO. Nesse sentido o valor para pagamento decorrente de avaria está dentro do limite da franquia para o respectivo modelo de veículo “Padrão E1” que é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), previsto no inciso V, 4), do item 8.1.2 do 1º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 084/2014 (das obrigações das unidades usuárias), doc. SEI [6082400](#);

2.2. Nesse sentido, o Chefe da Frota atestou os valores apresentados nos orçamentos e na nota fiscal, constantes nº SEI [4473901](#);

3. Ademais, a SUPOFC informou que existe disponibilidade orçamentária para pagamento da presente despesa - Doc. SEI nº 8046833

4. Nada obstante, cumpre ressaltar que, apesar da presente despesa estar apta para pagamento apenas no ano de 2021, trata-se de avaria ocorrida em exercício anterior, disciplinada pelo Decreto Estadual nº 72.783, de 21 de janeiro de 2021, publicado no DOE em 22/01/2021.

5. Sendo assim, em atenção ao que preconizam os arts. 57 e 59 do mencionado diploma legal, reconheço a dívida relacionada no seguinte programa de trabalho:

PT: 06.122.0004.2001 - Manutenção das Atividades do Órgão

Região de Planejamento: 210

Natureza da Despesa: 33.90.92 - Despesa de Exercícios Anteriores

93 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos (DEA)

Fonte: 0100 - Recurso Ordinário

6. Assim, evoluam-se os autos ao Apoio ao Gabinete para que publique-se o conteúdo deste Despacho no DOE/AL e, ato contínuo sigam os autos à GERCON para o que adote providências para o respectivo pagamento.

Documento assinado eletronicamente por Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, Secretário de Estado em 20/07/2021, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília.
Protocolo 599890